



NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CADERNO ESPAÇO FEMININO

“Em nome da moralidade”: Gênero, educação e domesticidade da mulher na imprensa piauiense (1869-1944)

“In the name of morality”: gender, education, and women's domesticity in the press of Piauí (1869-1944)

*Nailton Negreiros Ribeiro*¹

*Vanessa Linke*²

*Vivian Karla de Sena*³

RESUMO

Este artigo analisa como a imprensa piauiense, entre a segunda metade do século XIX (1869) e as primeiras décadas do século XX (1944), atuou como instrumento de formação moral e disciplinamento, regulando e normatizando os papéis sociais atribuídos às mulheres, em especial às de classe baixa, negras e rurais. A partir de periódicos como matérias, colunas, editoriais e anúncios publicados em periódicos como O Piauí (1869), A Imprensa (1925), O Apostolo: Orgão Oficial da Diocese (PI) (1907), A Borboleta: Mimo ao bello sexo (PI) (1888), O Papyro (1884), Diário do Piauí: Orgão Oficial dos Poderes do Estado (PI) (1911), Correio de Oeiras: Jornal dos interesses geraes (PI) (1909), A Ressurreição: Jornal Literário do Piauí (1887), Gazeta Piauí (1908), A Reforma (1887), A Epoca: Orgão Conservador (PI) (1878), O Monitor (PI) (1908), A Andorinha (1912) e O Tempo (PI) (1915), busca-se compreender os mecanismos discursivos que consolidaram um imaginário de domesticidade feminina ancorado na moral cristã, na autoridade masculina e na invisibilização das experiências femininas subalternizadas. A análise evidencia a imprensa como dispositivo de poder que construiu e reforçou a imagem da mulher ideal no Piauí, ao mesmo tempo que silenciou práticas e vozes dissidentes.

PALAVRAS-CHAVE: Imprensa Piauiense; Domesticidade Feminina; Educação Moral e Disciplinamento; Colonialidade do gênero; Feminilidade normativa.

¹ Mestrando em Arqueologia pelo Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (PPArque-Univasf). Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: nailton.ribeiro@discente.univasf.edu.br.

² Doutora em Arqueologia (MAE-USP). Docente Adjunta do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e Pós-Graduação em Arqueologia (PPArque-Univasf). E-mail: vanessa.linke@univasf.edu.br.

³ Doutora em Arqueologia (UFPE). Docente Adjunta do Colegiado de Arqueologia e Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf) e Pós-Graduação em Política, Cultura e Ambiente (PoCam-Univasf). E-mail: vivian.sena@univasf.edu.br.

ABSTRACT

This article analyzes how the press in Piauí, between the second half of the nineteenth century (1869) and the early decades of the twentieth century (1944), functioned as an instrument of moral formation and disciplining, regulating and normalizing the social roles attributed to women, especially those of lower-class, Black, and rural backgrounds. Drawing on newspapers, including articles, columns, editorials, and advertisements published in *O Piauí* (1869), *A Imprensa* (1925), *O Apostolo: Organ Oficial da Diocese* (PI) (1907), *A Borboleta: Mimo ao bello sexo* (PI) (1888), *O Papyro* (1884), *Diário do Piauí: Organ Oficial dos Poderes do Estado* (PI) (1911), *Correio de Oeiras: Jornal dos interesses geraes* (PI) (1909), *A Ressurreição: Jornal Literário do Piauí* (1887), *Gazeta Piauí* (1908), *A Reforma* (1887), *A Epoca: Organ Conservador* (PI) (1878), *O Monitor* (PI) (1908), *A Andorinha* (1912), and *O Tempo* (PI) (1915), the study seeks to understand the discursive mechanisms that consolidated an imaginary of female domesticity anchored in Christian morality, male authority, and the invisibilization of subaltern women's experiences. The analysis demonstrates how the press operated as a dispositif of power that constructed and reinforced the image of the ideal woman in Piauí while simultaneously silencing dissenting voices and practices.

KEYWORDS: Piauí Press; Female Domesticity; Moral Education and Disciplining; Coloniality of Gender; Normative Femininity.

* * *

Introdução

Nas últimas décadas, os estudos de gênero têm problematizado os modos pelos quais as sociedades modernas instituíram formas de disciplinamento feminino, vinculados à moralidade, à educação e à domesticidade, arquitetando-se como um projeto cultural, político e moral, a exemplo dos séculos XIX e XX, período de intensos atravessamentos institucionais no contexto do Brasil.

Até meados do século XIX, as mulheres eram silenciadas, subordinadas e restritas ao espaço doméstico, com presença limitada nos espaços públicos e poucas oportunidades de educação formal (Teixeira, 2014).

Nessa celeuma civilizatória, a imprensa enquanto veículo de grande notoriedade e amplitude no contexto oitocentista e novecentista brasileiro, sobretudo nos estados e regiões interioranas, ocupou um patamar e papel central não apenas na circulação de informações contextuais, políticas e de interesse público, mas na produção e na reprodução de sentidos, normas e

prescrições morais, bem como elementos de regime da verdade. Assim, os meios de comunicação desempenham papel relevante na formação da identidade e da memória, além de contribuírem para novas maneiras de compreender as relações entre espaço e tempo (Ferreira, 2010).

No Piauí, jornais e revistas circularam entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, assumindo papel central não apenas na divulgação e promoção de informações políticas e culturais, mas na construção e articulação de representações de gênero. Em grande medida, partem-se dessa premissa no sentido simultâneo do direcionamento e difusão de valores sociais que reforçaram profundamente estruturas e traços patriarcais, religiosos, coloniais e de regimes de conduta.

A imprensa ao longo desse período histórico atuou como instrumento de controle simbólico, delimitando os discursos propagados, de forma que, atuava sobre o comportamento das mulheres, reforçando padrões de feminilidade baseados na obediência, domesticidade ao lar, castidade, docilidade, zelo, traços de feminilidade, submissão a regras dominantes.

Desse modo, a imprensa reflete contextos sociais específicos e atua como instrumento de influência sobre a vida coletiva, oferecendo informações sobre costumes e práticas do dia a dia. Contudo, ela não reproduz a realidade de forma objetiva, funcionando antes como uma representação parcial de certos momentos sociais (Teixeira, 2014).

Este artigo parte da noção crítica de que o campo da educação não se limita à dimensão escolar-formal, mas se manifesta também em elementos passíveis de práticas discursivas cotidianas, capazes de moldar particularidades, sujeitos e subjetividades.

Segundo Goodwin Júnior (2001, p. 9),

A leitura dos jornais permite perceber quais são os valores hegemônicos em uma determinada época e região e a forma como esse *zeitgeist* vai sendo

incorporado e encarnado, até se tornar o parâmetro pelo qual a realidade é medida.

A imprensa piauiense, nesse contexto, pode ser analisada como uma instância da “educação moral”, que disciplinava condutas e reforçava normas sociais, construindo ideias de feminilidade funcional à ordem patriarcal e cristã.

A análise aqui proposta mobiliza conceitos da história e dos estudos de gênero, tomando a categoria “gênero” como relacional e histórica que organiza as diferenças de caráter social, permitindo a significação das relações de poder. Essa perspectiva, de acordo com as contribuições de Scott (1995), permite analisar a imprensa piauiense não apenas como veículo moralizador, mas conduzido por condutas que reforçam hierarquias, articulando-a às críticas feministas à colonialidade de gênero (Lugones, 2008).

O direcionamento central desse manuscrito recai sobre a análise de matérias, colunas, editoriais e anúncios veiculados em jornais como *A Imprensa* (1925), *O Apostolo: Organ Oficial da Diocese (PI)* (1907), *A Borboleta: Mimo ao bello sexo (PI)* (1888), *O Papyro* (1884), *Diario do Piauhý: Orgão Official dos Poderes do Estado (PI)* (1911), *Correio de Oeiras: Jornal dos interesses geraes (PI)* (1909), *A Ressurreição: Jornal Literário do Piauí* (1887), *Gazeta Piauí* (1908), *A Reforma* (1887), *A Epoca: Orgão Conservador (PI)* (1878), *O Monitor (PI)* (1908), *A Andorinha* (1912) e *O Tempo (PI)* (1915), material hospedado digitalmente na Hemeroteca Digital Brasileira⁴ e no Museu de História do Piauí⁵.

Intentou-se pela identificação de elementos de caráter discursivo que propagaram o ideal de feminilidade, as estratégias de controle simbólico e de corpos, sobretudo, os silenciamentos impostos às mulheres localizadas nas

⁴ Site: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁵ Site: <https://museudehistoriadopiaui.ufpi.edu.br/>.

margens e fora dos padrões que abarcavam os letrados, brancos, urbanos e da elite.

Para tal busca, enveredou-se na amostragem de excertos que discutem ou apresentassem elementos gráficos e palavras chaves, empregando a saturação por tema e grafia, a exemplo das variações ortográficas históricas, como “mulher”; “educação da mulher”; “instrução da mulher”; “doméstica”; “pudor”; “honra”; “mulheres rurais”; “mulher do lar”; “educação feminina”; “mulher submissa”; “pureza da mulher”; “mulher de respeito”; “lugar da mulher”; “dever da mulher”; “missão feminina” “mulher rebelde” “mulher sem virtude”; “mulher da vida”; “mulher sem pudor”, fora alguns das grafias empregadas na busca de informações.

A seleção dos excertos obedeceu aos seguintes critérios: a presença de referências explícitas à educação, moralidade, família e domesticidade; o uso de metáforas, prescrições normativas e discursos pedagógicos sobre o papel social das mulheres; as ocorrências que articulam gênero a dimensão de classe. Esses jornais desempenharam papéis cruciais na propagação de informações ao povo piauiense, como dispositivos oficiais do governo e revistas literárias. No campo teórico, as investidas encaminham-se para o tensionamento acerca dos modos pelos quais a mulher foi “educada” e “representada” nesses veículos de informações no Piauí.

Para articular tais normatizações, pedagogias morais, silenciamentos e invisibilidades, mobilizamos como corpus documentais impressos que circularam no Piauí entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, acessados por meio da Hemeroteca Digital Brasileira e selecionados a partir da recorrência de temas direcionados para a educação moral feminina, a domesticidade, aos valores religiosos e familiares.

Nesse sentido, compreende-se a imprensa não apenas como um repositório de informações, mas como um dispositivo de poder e discursivo de normatização de corpos e gênero, cuja materialização se inscreve em práticas

educativas difusas e contínuas de um processo de moralização, a exemplo dos discursos médicos e jurídicos, que colocavam a mulher em uma condição de “[...] fragilidade feminina [...] [que] “denominam de “morbidez feminina” e predestinação para maternidade” (Vaquinhas, 1997).

1. Instruir para submeter: a educação para além da escola e no caminho do doméstico

Idea Louvavel. A idéa da fundação de um collegio nesta cidade, dirigido por irmãs de caridade e destinado a educação do sexo feminino, é destas, que, transpondo as raias communs, vão despertando do todo do nosso vastissimo sertão, as mais fagueiras esperanças, os mais jubilos, quer nos corações dos chefes de familia, que vêm nelle indubitavelmente a salvação da educação de suas filhas, quer finalmente, nos corações de todos os homens que desejam a grandeza da Patria e se constituirem inimigos do analfabetismo. É bem digno de nota o entusiasmo que ha dias domina as filhas desta bella terra, por tão sublime idéa. Já se foram os tempos em que a instrucção era requerida simplesmente para o homem, deixando-se a mulher no mais completo obscurantismo, na mais terrivel escuridão. Nos tempos modernos, felizmente já predomina outro pensar; e nem podia deixar de ser assim, por isso que, sendo a mulher dotada de sentimentos mais tenros, e mais delicada em todas as suas acções, exerce no lar uma poderosa influencia no animo dos seus adoraveis filhinhos, de quem são as guardas mais fieis, mais sollicitos, e se constituem o espelho das suas acções futuras. E, desde que a mulher não se ache aparelhada em os conhecimentos precisos para desempenhar os sagrados deveres de sua missão houreuse no lar, nenhuma felicidade poderá sentir, e a cada momento se achará embaraçada com as mais ingenuas perguntas de seus inditosos filhinhos, e quiça envergonhada por nem se quer dispensar áquelles rebentos de sua vida, os mais insignificantes conhecimentos, enganando-os bem cedo a mais atroz escuridão, a mais terrivel desgraça (Jornal Correio de Oeiras, 15 de julho de 1909, p. 1, negrito do jornal).⁶

O fragmento acima, extraído do *Jornal Correio de Oeiras* em 1909, em sua edição de número 12, oferece um exemplo claro do modo como o discurso jornalístico participava da construção de uma pedagogia da domesticidade, ao mesmo tempo que legitimava a inserção da mulher no campo da instrução sob os termos e égide de um patriarcado dominante.

⁶ As transcrições dos jornais e revistas foram realizadas de forma integral, preservando a ortografia original e demais particularidades gráficas da época.

A fundação de um colégio feminino no Piauí é celebrada não como um ato de emancipação intelectual, mas como uma estratégia de preparação da mulher para melhor exercer seus “sagrados deveres” no lar. A exaltação da “influência da mulher sobre os filhos” e da necessidade de que ela possua “os conhecimentos precisos” para cumprir sua missão materna revela um processo discursivo que, embora sinalize o acesso feminino à educação, o faz a partir de reafirmação dos papéis tradicionais de gênero.

Esse tipo de enunciado, ao mesmo tempo em que se distancia do silêncio total imputado às mulheres em tempos e contextos diferentes, reconduz e encaminha o lugar social da mulher à esfera privada, reafirmando que seu valor reside na docilidade e domesticidade, no cuidado, maternagem e na conformação de um ideal normativo de feminilidade.

A educação enquanto ferramenta instituída de disciplina, exerce um exponencial papel dominante nas sociedades. As escolas, aparatos sócio-históricos de propagação de conhecimentos, consolida-se como uma instituição dominante, mas quando revelado o caráter disciplinador de espaços formais, revela-se não somente como uma única possibilidade de dissipação dos processos formativos.

Dessa forma, meios de comunicação como a imprensa, são há décadas consolidados como um escopo de normas sociais e dominantes, atrelada como parte significativa dos enlaces simbólicos de dominação masculina e subversão feminina. Os periódicos são mecanismos que oferecem uma perspectiva valiosa sobre a forma como as mulheres eram concebidas pelos padrões sociais de seu tempo, ao mesmo tempo em que revelam suas estratégias de reinvenção para conquistar autonomia (Honório, 2024).

Em nome da moralidade. Santa Philomena. D’aquella localidade acabam de chegar o sr. Romualdo ribeiro, sua mãe e irmã, Joaquina Ignez de Jesus, victimas da impiedade e furos de Salomão do Amaral Brito, macumunado como o celeberreimo subdelegado d’alli, Eugenio Alvaro de As e o promotor publico, Clemente Vieira Soares. O fato, que em si é bastante grave, sobre sobremodo de importancia, por ter entrado na sua

execução, aquelles que deviam ser as sentinellas da lei e mantenedores da ordem. Deram-se as cousas mais ou menos assim: Eram 7 horas da noite do dia 9 do corrente, quando um visinha de Joaquina Ignez de Jesus veio avisa-la de que Moysés de Amaral Brito, irmão de Salomão desejava fallar-lhe. Dirige-se ella para a casa da referida mulher, longe, porem, de suspeitar qualquer agressão, visto como nada tinha feito que desse motivo para tamanho desforço. Enganou-se no entanto e mal tinha cumprimentado a Moysés de Amaral Brito, este lhe as costas na ocasião em que um dos três cabras adrede preparados, Marcos, Eusebio e Bejamin, segurando-lhes nos pulsos facilita que os outros melhor realizassem o criminoso proposito. Neste momento veio em socorro de facto, que o motivo de tão horripilante crime forma uns bois, que Salomão queria chamar a si quando de facto pertencia aos filhos de Joaquina Ignez de Jesus. Há vinte passos do lugar do conflito estavam o subdelegado e o promotor publico cúmplices de tão hediondo attentado. O processo permanece sem andamento e as referidas auctoridades, nomeadas como delinquentes, percorrem as ruas da villa a procura de alguém que a queira disputar-lhes o poderio. As victimas vieram queixar-se ao presidente da província e dr. chefe de policia, fazendo uma viagem dispendiosa e cheia de fadigas. Entregues n'quela villa como se achar os cargos públicos a homens sem a moralidade precisa, nenhuma garantia pode ter o cidadão, a cada passo, sujeito ao punhal do sicário. Ainda há pouco tempo denunciou a imprensa desta capital os actos de violência de que foi victima o nosso ilustrado amigo dr. Benevenuto de Carvalho e as tropelias de Antonio Modesto Nogueirra, mas tudo em balde (A Reforma, 1888, p. 3, negrito do jornal).

O fragmento acima, evidencia as fissuras morais e institucionais de uma sociedade marcada pelo autoritarismo local e pela manipulação do poder jurídico em favor das elites. Nessa medida, ao expor a cumplicidade de autoridades na violência contra Joaquina Ignez de Jesus, o texto jornalístico revela elemento da precariedade da justiça e a naturalização da impunidade no interior piauiense oitocentista.

Nessa conjuntura, a invocação da “moralidade” opera como estratégia discursiva que denuncia o descompasso entre os ideais de civilização e as práticas políticas concretas. A violência narrada ultrapassa o fato em si e se inscreve como sintoma de um sistema de dominação que submete corpos e silencia vozes, especialmente as femininas e subalternas, revelando a face cotidiana da desigualdade e da exclusão nas relações de poder locais.

Tal ensejo apresentado, se consolida, por exemplo, como uma das latentes perspectivas de submissão e de reforço das práticas de fortalecimento

do lar e do casamento. Percebemos esse sentido direcionador no trecho do *Jornal A Borboleta*, em sua edição de número 16, datada de 29 de dezembro de 1905, intitulado “Adorno da mulher”.

Esse tipo de prescrição moral aparece com frequência nos periódicos voltados ao público feminino ou às seções consideradas “de família”. Salientamos que as escolhas dos excertos foram conduzidas pela presença de termos como “educação da mulher”, “bons costumes”, “missão no lar” “virtudes femininas”, expressões que revelam uma estratégia discursiva de controle simbólico dos corpos femininos, especialmente das mulheres brancas, letradas ou vinculadas às elites regionais.

A mulher, como todos sabem, deve ser instruída, não só porque a instrução lhe mais realce como também porque a habilita para todos os mistérios da vida, para o bom desempenho dos deveres que lhe são inerentes. Muitos pensam que a mulher deve esmerar-se mais na educação domestica, eu porem não penso assim, acho que ella não deve conquistar títulos que não estejam ao seu alcance, mas deve estudar e trabalhar muito com o fim de ter certos conhecimentos seguindo assim o exemplo de Maria Amalia Vaz de Carvalho, Julia Lopes de Almeida, Ignez Sabino e tantas outras que teem sabido se impor pela sua vasta ilustração. <Educar a mulher diz Maria Amalia, é leval-a a compenetrar-se do seu papel providencial na familia e achando grande, útil, elevado, digno de saciar as mais levadas ambições, e também o que de uma importancia capital de prazer com uma responsabilidade tremenda no animo mais altivo.> A instrução é a base da vida, a mulher instruída tem entrada franca em toda parte, e finalmente a instrução é um thezouro que todos devem buscar (*A Borboleta*, 1905, p. 1).

Percebemos nesse fragmento extraído do jornal *A Borboleta*, como se configurava nos discursos propagados ideais de mulher desejada para o seio da sociedade brasileira, vide piauiense.

Nesse contexto, percebemos a articulação construída e arquitetada nas paráfrases desses escritos que propagavam o ideal de mulher submissa ao lar e ao contexto familiar. Essa noção pode ser percebida em *A Imprensa*, em sua edição de número 50, datada de 6 de fevereiro de 1926, em seu artigo “Missão da mulher na família”, na qual narra que:

<A felicidade domestica depende quasi exclusivamente da mulher, a quem está confiado o governo deste reino interior> <Nenhum bem – diz Fenelon – pode se fazer na casa sem a mulher.> Ella não deve filiar-se senão em si pelo que respeita á vigilância. Deve passar em revista as pessoas e as cousas, do mesmo modo que um general passa em revsita as tropas. E’ preciso, portanto, que possua em alto gráo o espirito de ordem e de bom gosto. Como rainha, deve reprehender e louvar, para crear, entre os que governa, o estímulo á virtude e activar a todos com o bom exemplo. Como mãe deve ter um grande cuidado da educação moral, religiosa e civil dos filhos. Uma mãe deve ser incansavel no cuidado dos filhos; não deve ser negligente, nem roubar o tempo em visitas e passeios inuteis, deixando os filhos em companhia de creadas e de pessoas suspeitas. A casa é uma escola, e a mãe de familia é a mestra; não deve fiar-se somente nos professores: deve educar, aconselhar, ensinar! A casa é um templo e a mãe, uma sacerdotisa. Os primeiros sentimentos de religião, de temor de Deus, de caridade para o próximo, de amor filial, deve aos filhos. Deve ensinar-lhes a doutrina e habitual os recitarem as orações da manhã e da noite. A mãe que não cumpre fielmente a sua missão, não é digna desse nome, é um trambolho em casa, um perigo para a sociedade. Uma boa mãe de familia deve ser religiosa, fiel ao marido, humilde, santa e estar sempre em harmonia com o chefe do lar domestico. Quanto sacrificios não lhe são necessários! (A Imprensa, 1926, 1).

O aparato doméstico como descrito explicita com detalhes o modelo de domesticidade imposto às mulheres piauienses nas primeiras décadas do século XX, assim, é possível entrelaçar e revelar atravessamentos em diversas esferas, como a religião, hierarquias, família e a produção de conhecimento, predominando elementos de uma masculinidade nata e expressiva.

Desse modo, bem como uma hierarquia familiar, conduzida pela figura paternal que produzia uma identidade político-social limitada e sem acesso a camadas de uma sociedade dominante e hierarquizada, onde nesse regime de performance discursiva, a casa (elemento de uma domesticidade) constituía-se como um aparelho “escolar”. Em “A economia doméstica”, artigo do *Jornal Diário do Piauí*, em edição de número 39, de 20 de fevereiro de 1912, aponta-se, por exemplo, como deve ser a postura da mulher dentro do lar:

A felicidade do lar assenta sobre a economia domestica, pois que uma boa dona de casa vale mais que uma fortuna. A economia domestica, isto é, a arte da *ménage*, é hoje uma questão da mais lata actualidade, não só atendendo a que as exigências da vida moderna cada vez maiores, mas ainda a que nos gêneros de primeira necessidade vão encarecendo dia a

dia. Uma boa dona de casa representa por isso uma fortuna (Diário do Piauí, 1912, p. 1, itálico do Jornal).

Este excerto reafirma a articulação entre o discurso moral, o econômico e o de gênero, assim, salienta-se o imaginário e o pacto ideal da mulher no contexto piauiense do século XX. Desse ponto, o escrito converge a figura feminina para o campo simbólico de capital, tendo como foco a domesticidade, o construto da dona de casa nos moldes da sociedade dominante.

Tais aparatos, atravessados por uma lógica de debates que reforçam estigmas acerca de gênero e os múltiplos papéis das mulheres na sociedade, reforçam-na como profundamente hierarquizada e segmentada, atribuindo a elas, o confinamento do lar, a subversão de ordem material e domesticidade compulsória. A imprensa nesse sentido, associava a normatização dos corpos femininos aos mecanismos de perspectiva pedagógica e disciplinar, estabelecendo um caráter “natural” a essa submissão refletida de “bons costumes e civilidade feminina” e a idealização como parte integrante do homem.

Como exemplo disso, o excerto do Jornal *A Ressurreição: Jornal Literário do Piauí*, em sua edição de número 17, do ano de 1877, apresenta na página de número 3, “A grammatica dos namorados” [...] [onde] a mulher é um – adjetivo - que precisa de concordar com o - substantivo homem - para estar gramaticalmente - na sociedade.

Esse escrito potencializa a forma como a imprensa oitocentista contribuiu para a naturalização das hierarquias de gênero nos espaços sociais. Ao lançar mão de uma metáfora gramatical para definir a mulher como uma “adjectivo” que somente adquire sentido ao concordar com o “substantivo homem”, o texto do jornal literário produz e conduz o leitor a um discurso que subordina por essência a existência feminina à masculina, deslocando a mulher de uma posição de autonomia para a de dependência e relacional.

Essa construção histórica apresentada por esse veículo informativo é de caráter simbólico, insere-se em um contexto marcado e atravessado por uma imprensa literária e moralizante que buscava consolidar e propagar ideias de domesticidade e reforçar papéis sociais rigidamente demarcados. Essas escolhas gramaticais como linguagem metafórica evidenciam e caminham para o exercício de um duplo movimento articulador.

De um lado, há o uso de recurso pedagógico, a escrita como potencializadora dos discursos disciplinadores das elites e da legitimidade educacional e moral, bem como a materialização de uma ideologia patriarcal que transforma em “lei natural” a dependência da mulher. Desse modo, a imprensa atuou como mecanismo e espaço de veiculação e reforço destes valores sociais.

Nesse mesmo sentido disciplinador, podemos compreender esse direcionamento, com o protesto publicado pelo Jornal *A Época*, em sua edição do ano 1878, escrito por Manoel Florentino de Macêdo em resposta à alforria de duas de suas escravas: Ignez e Sabina, por sua esposa:

Secção particular. Ao publico e egregio tribunal da relação do Maranhão. PROTESTO. Em uma ausencia de alguns dias, que fiz de minha casa, minha mulher, movida por um desses caprichos fiminis desarrasoados que tão facilmente surgem a cada dia, veio a esta villa e, acompanhada por pessoas inimigas de minha familia, mandou passar cartas de liberdade a duas únicas escravas que possuímos, e que constituem a maior parte dos poucos bens do nosso casal! Esse facto deo-se do modo seguinte: Chegando ella nesta villa, onde veio para informar-se se podia ou não, fazer ditas libertações sem o meu consentimento, dirigio-se primeiramente á fazer essa consulta ao Revm. Sr. Conego e vigário Sebastião Ribeiro Lima, que se negou á aconselhar-lhe, dizendo não entender de direito; pelo que foi ella fazer tal consulta ao Sr. Dr. Carlos Francisco Soares de Brito Junior, juiz de direito desta comarca, o qual, não querendo responder-lhe por sua bocca, pelo faccto de ser juiz, segundo a ella disse, foi chamar no quarto de seu gabinete um Sr. Rolim Cavalcante de Albuquerque, que assim constituído advogado d'improviso, respondeo a minha mulher que ella podia sem duvida alforriar as ditas escravas sem o meu consentimento, e ellas ficarião forras – bem forras! Então officiosamente indicarão-lhe, ou mesmo obtiverão-lhe, para escrevente das taes cartas de liberdade, o Sr. Placido Francisco das Chagas, protegido do referido juiz de direito, o qual prontamente escrevêo-as e assignou como testemunhas, bem como o Sr. Tenente

coronel Manoel Rodrigues da Silva, que assim quiz agradecer os favores que diz dever a algumas pessoas de minha familia! Que trempe de conselheiros e officiosos cooperadores para a liberdade a custa alheia!.. E' sabido que a mulher casada não pode, na constancia do matrimonio, dispor de bens alguns do casal sem o consentimento do marido, a quem unicamente a lei confiou a administração delles, e toda a economia e regência do mesmo casal. Portanto essas cartas de liberdade passadas pelo Sr. Placido Francisco das Chagas, e assignadas por minha mulher, em favor das nossas escravas – Ignez e Sabina, são completamente nullas e sem o menor valor jurídico, taes como se tivessem sido assignadas por uma qualquer a nós extranha, como me responderão dons distinctos bacharéis em direito, aos quaes consultei sobre o facto, e cujos pareceres escriptos tenho em meu poder. Venho, pois, perante o publico, e especialmente perante a relação do districto, protestar contra esse acto nullo de minha mulher, e procedimento do Sr. Dr. Brito Junior, juiz de direito desta comarca, que, por ser inimigo dos meus parentes, sérvio-se tão malevolamente desse acto de loucura de minha mulher, para saciar os seus desejos de vingança contra quem nunca lhe offendeo em sentido algum! [...] S. Raimundo Nonato, 20 de abril de 1878. Manoel Florentino de Macêdo (A Época: Órgão conservador do Piauí, 1878, p. 3, negrito do jornal).

Esse mecanismo de protesto era comum nas colunas dos jornais do Piauí dessa época, e nesse claro exemplo, evidencia-se de forma objetiva, a lógica patriarcal que estruturava as relações de poder e familiares, jurídicas e econômicas no Piauí oitocentista. Ao acusar publicamente sua esposa de agir por “caprichos feminis dessarroados” ao libertar duas pessoas em situação de escravização sem seu consentimento, o autor do protesto reitera a concepção da mulher como incapaz, emocional e sujeita à manipulação, deslegitimando sua ação tanto moral quanto juridicamente.

Mais do que uma disputa conjugal, o texto revela a centralidade da escravidão como capital doméstico e a insubordinação das mulheres como ameaça à ordem patriarcal. As alforrias são tratadas como um ataque não apenas ao patrimônio, mas à autoridade masculina, e por isso são denunciadas como “nullas”, equiparadas a atos de uma “qualquer a nós estranha”.

A imprensa, aqui, funciona como um tribunal de perspectiva moralizante e politicamente coordenativa, espaço onde se busca a restauração ou manutenção pública da honra masculina supostamente violada. O discurso

denuncia também as tensões entre as esferas jurídicas, pessoais e políticas, revelando como a disputa pela liberdade de duas mulheres escravizadas desestabilizava uma cadeia hierárquica que se sustentava no silenciamento da mulher branca e na subjugação da mulher negra.

2. Gênero e normatização: O lugar da mulher nos discursos e fazeres no Piauí

Uma professora discreta. - Somos informados que uma senhora, preceptora da mocidade feminina de Jeromenha. Esquecendo-se do melindre do sexo e da sua dupla missão social, atraiu, à falsa fé, à sua casa o nosso [rasurado] Bertholino Filho e passou-lhe, levada por balelas de rua, uma formidável descalfadeira em termos que não deveriam jamais ser proferidos pros lábios femininos e femininos preceptores, que devem dar exemplo de conduta e recato, provando que a descrição na mulher é de um valor inestimável. Expondo o facto ao público tal como nol-o transmitiriam, visamos uma providência qualquer da parte do sr dr. director da instrucção pública, que naturalmente terá o dever de aconselhar a essa professora mais tolerância e compostura no fallar e proceder. Quando estiver diante de suas discípulas. O bom ou mau exemplo muito influe nos destinos da mocidade. Se essa bella senhora soubesse que uma mulher irada numa de sexo, jamais se daria a espetáculos taes (A Época: Órgão Conservador do Piauí, 1883, p. 4, negrito do jornal).

Os processos normativos que perfazem o gênero implicam e nos conduzem a entendê-lo como algo constituído de uma performance construída e arquitetada histórica culturalmente.

Nesse sentido, a concepção entendível de gênero como norma, tal como formulado por Judith Butler (2003), proporciona e tenciona que os papéis e funções sociais, econômicas e históricas são atribuídas às mulheres pelo ato da repetição de estilos, esses reguladores de corpos, desejos e o próprio gênero, configurando-se como “à estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (Butler, 2018, p. 54). Atravessamos essas concepções com o seguinte excerto do periódico *O Papyro* (1884, p. 4):

EXTRACTUS < Tirai do mundo a mulher, e ambição desaparecerá de todas as almas generosas. Realidade ou desejo incerto, o amor é elemento

primitivo da actividade interior; é a causa, o fim e o resumo de todos os affectos humanos > (*A. Herculano*) (*O Papyro*, 1874, p. 4, edição 5, negrito e itálico do jornal).

O excerto atribuído a Alexandre Herculano, articula uma concepção romântica e moralizante da mulher como eixo estruturante da interioridade e da ação masculina. Ao afirmar que “tirai do mundo a mulher, e ambição desaparecerá de todas as almas generosas”, o texto não apenas desloca o centro da agência feminina para uma função inspiradora, como também associa a figura da mulher a espécie de maldição ética dos afetos e desejos masculinos.

Nesse enunciado, por exemplo, a mulher não é concebida como sujeito autônomo de ambição ou ação, mas como um catalisador da elevação moral do homem, reafirmando, com isso, um modelo de feminilidade idealizada e funcional de um projeto arquiteto.

Produzidas essas noções, a norma configurada e empregada ao gênero, não somente se manifesta entre a clara e evidente diferenciação entre sexos, mas se manifesta na maneira pela qual se vivem as nuances e camadas do ser feminino e o ser masculino. Essa construção histórica é promovida pela intensa repetição, que é articulada e sustentada por instituições, como igrejas, família, escola: produz e doutrina corpos, desejos e fases.

Por isso, a linguagem, enquanto código social, espalha-se de forma atravessada e mantida por relações de poder e de possibilidade fragmentárias, consolidando-se em um agente neutro. Para Scott (1995, p. 86), o gênero “é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”, realocando essa perspectiva ao caráter veiculado na imprensa, bem como acerca dos discursos e práticas moralizantes e educativas na sociedade.

Tais pressupostos teóricos orientam a análise dos enunciados jornalísticos, fornecendo um viés observador de como esses periódicos reiteravam uma matriz heteronormativa e domesticadora da feminilidade naturalizante, e com atuação de um projeto civilizatório fundado em normas cristãs.

Todo esse emaranhado, possibilita-o estruturar-se em um instrumento de ordem social, agindo como regulador e ferramenta de exclusão e silenciamento. Trazemos como notável exemplo dessas impressões sociais, o fragmento do Jornal piauiense, *A Imprensa*, em edição de número 300, datado do ano de 4 de outubro de 1927, em seu artigo intitulado: “Conferencia literaria” (Figura 1):

Figura 1 – Conferência Literária (1927).



Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira.

A noção de “O valor da mulher e a mulher brasileira”, vem para reforçar a construção de um panorama ideal de feminilidade enraizado na premissa moralizante e cristã, pelo fato direcionador de enquadramento político-social da mulher à sua domesticidade e pela consolidação de um lugar/espço familiar e intrinsecamente restrito. Ainda que se propague pela imprensa a

preocupação com a instrução e profissionalização da mulher, essa se consolida dentro do espectro doméstico, do lar, e com a tutela exclusiva e conservadora.

A normatização os corpos enquanto dispositivo de gênero em suas relações na sociedade, onde o corpo é “investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição [...] o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (Foucault 1987, p. 29). Essa dominação dos corpos foi conduzida por atravessamentos de campos, como a religião, classe e colonialidade. Para Saffioti (1987):

Geralmente, a mulher é associada a valores considerados negativos, tais como, emoção, fragilidade, resignação. Tais valores contêm ideias como: a mulher é incapaz de usar a razão; não é capaz de lutar contra ocorrências adversas, já que se conforma com tudo; é insegura. Estes característicos são apresentados como inerentes à mulher, isto é, como algo que a mulher traz desde o nascimento (Saffioti, 1987, p. 34).

Essa noção pode ser retomada e discutida à luz do jornal *Monitor*, na coluna “Educação feminina”, trecho escrito em 10 de março de 1910, que diz que:

A educação masculina é da mais remota antiguidade: os filhos dos mesteireais eram e dos das classes dirigentes recebiham, com a cultura do espirito, a garantia da própria condição. Tal não se dava, porém, com a instrução e educação das mulheres, que não se consideravam destinadas a mais do que trabalhos caseiros. A mulher, ainda hoje no Oriente, não recebe educação especial senão na China, que se revoluciona e no Japão transformando onde, depois do novo regimento é obrigatório o ensino para os dois sexos, é onde as escolas modernas são cada vez mais numerosas (Monitor, 1910, edição 179, p. 2).

Para o contexto da imprensa, Jinzenji (2012), argumenta que esse veículo de comunicação, quando direcionado ao público feminino possui uma funcionalidade inerente, essa constituída de uma visão disciplinadora, conduzida por uma constante e factual vigilância de ações, atos e corpos. Desse modo, arquitetava-se para uma manutenção da feminilidade e da produção e reprodução das práticas domésticas.

A mulher. Deus creou o homem e ordenoa-lhe que fosse habitar no Paraíso Terrestre, onde encontraria tudo que fosse necessário para elle gozar durante a sua vida no Éden, que então não era abençoado, porque faltava o essencial adorno da grande tela que se chamou - Creação. Este adorno, que devia ter sido creado antes de todos os outros da Natureza, é a Mulher: - esta perola mimosa da criação, lançada dos labios de Deus ao paraíso terreal para fazer entrever ao homem a belleza das divinddaes celestes; esta roza mystica escapada do formoso solo dos anjos para vir porfamar a vida dos mortaes e que tem sido e há de ser perpetuamente o sonho doirado da mocidade, a etherea inspiração dos poetas, a gloria azul do genio da immortalidade. No paraizo o home vivia triste; os pássaros não estavam e nem as flores exhalavam perfumes porque ainda não tinha aparecido a flor que sendo creada, fez com que os pássaros depois de ouvirem o som harmonioso de sua voz, fizessem um esforço para imita-la e produziram o mavioso canto de que são dotados todas as aves que existem na natureza (Andorinha, 1912, p. 12).

Esse trecho ilustra de maneira efervescente como a imprensa piauiense articula-se como dispositivo de normatização simbólica do gênero. Ao escancarar e reafirmar a mulher como “perola mimosa da criação” ou “rosa mystica”, o fragmento do texto reforça o modelo de feminilidade subordinado, cuja função social e histórica da mulher é embelezar e simbolizar o mundo, um dos caráteres do não agir e agenciar as experiências em seu pleno exercício de um poder patriarcal.

Mesmo que parafraseando palavras que evocam uma posição elogiosa, se construía uma performance silenciosa dentro de um registro e produto simbólico, que tem seu cerne de desenvolvimento na negativa de uma concretude histórica e social da mulher.

Pobres Mulheres! POBRES CRIANÇAS! Hypocritamente proclamam por toda a parte que a mulher, que no passado levava vida de escrava, se acha igualada ao homem nos direitos civis, entretanto isto não passa de uma mentira social. A mulher casada vive debaixo da tutela do marido; é certo que este perante um sacerdote e um magistrado lhe promete fidelidade, mas não é menos certo que essa promessa na quasi totalidade não passa de uma zombaria. Se ella, porém, dá um só passo errado, a sociedade a condemna, salvo se essa creatura for uma comediante que saiba afrontar a escola de tartufos em que vive. Quase sempre o marido lhe restringe as despesas e dispõe nos seus vicios de grande parte dos seus recursos; quase sempre elle a trata como de superior para inferior, e esta é a felicidade de muitos lares. Com a má organização da raça latina, a mulher é uma joia para a casa, guarda os moveis, cuida da roupa e dos filhos, se os tem, finalmente dá ordens aos criados. Ai d'ella se o dinheiro não chega, se a

comida não está boa, se a roupa não está bem engomada! É tratada com dureza, como crueldade, não raramente. Nas classes infimas então é comum soffrerem castigos atrozes e prolongados. E essas creaturas na sociedade recebem o tratamento de senhoras e são cercadas de distinções aparentes! Pela sua falta de preparo, por que entre nós são em geral condenadas a ignorancia, se o seu despota chega a falecer só a espera a miseria mais profunda e abjecta. O homem não pensou que podia chegar esse dia, não cuidou de amparar essa fragil creatura, bem isso valia a pena. Muitos paes entendem que o patrio poder é um direito de tirania, martirizam as pobres criancinhas na presença das próprias mães, que, são repelidas com grosseira. Brutos que não comprehendem que seres humanos se educam pela palavra, pelo amôr, e não pelo martirio![...] (Jornal O Tempo, 1916, p. 3, edição 6).

O informativo acima do Jornal *O Tempo* (1916), a título de exemplo, denuncia a hipocrisia da igualdade civil ao expor a condição feminina sob tutela conjugal, marcada pelo controle econômico, pela dupla moral sexual e pela responsabilização integral pelo espaço doméstico.

Embora critique a violência e a vulnerabilidade social das mulheres, sobretudo das classes populares, o discurso permanece atravessado por representações paternalistas que reforçam sua fragilidade.

3. “Habitos condemnaveis”: Imprensa, moral e disciplinamento

Habitos condemnaveis. A imprensa periódica, no intuito de satisfazer a curiosidade doentia de uma certa parte de seus leitores, vae enveredando pelo mau caminho dos excessos e das inconveniências que, a continuarem assim, tornarão em pouco no seio das famílias, um verdadeiro perigo a leitura do jornal, que, entretanto, representa um precioso elemento para a civilização e instrucção do povo e em um grande recurso para satisfação das múltiplas necessidades sociaes. A exploração de todos os escandalos minuciosamente descriptos sem a mais simples conveniência material e com grave offensa aos delicados sentimentos do sexo feminino, tem determinado em muitas famílias, a pratica de não se permitir a leitura de jornaes ás senhoras, sem antes o chefe da casa, que bem comprehende os seus deveres, tenha verificado ser ou não conveniente essa leitura indistinetamente a todos que vivem sob a responsabilidade de sua direcção carinhosa e amiga. Já não bastam para a satisfação desse desordenado e criminoso intuito de perverter o jornal as publicações de artigos litterarios e de folhetins, em que a decencia, a moral, os bons costumes são grandemente offendidos, excitando-se as paixões e os vícios, desordenados, degradantes e repulsivos, com que aos poucos se vae envenenando o puro e innocente espirito de moças incautas, que não têm uma guia dedicado que os afaste dos perigos que as ameaçam nessas leituras perigosas que tantos infortúnios têm causado e que podem

determinar as mais irreparáveis desgraças (O Apostolo, 1908, p. 3, negrito do jornal).

O fragmento publicado no referido jornal, apresenta em suas linhas a apresentação de um discurso característico de como os veículos da imprensa, exemplo do início do século XX no Piauí, operacionalizava-se enquanto mecanismo de vigilância e reprodução de uma moralidade essencialista e predominantemente ativa.

A crítica à chamada “curiosidade doentia” e à suposta degradação dos costumes não revela apenas e somente uma disputa sobre os limites do conteúdo jornalístico da época, mas sobretudo a tentativa de reafirmar a função e o caráter disciplinador que constituía a mídia impressa na formação e consolidação de subjetividades e particularidades, convergida principalmente no que diz respeito às mulheres e seus direitos e deveres na sociedade piauiense.

Neste ponto da análise, os discursos não apenas reiteram o ideal promissor de domesticidade e castidade, mas aliam-se e reforçam os mecanismos de vigilância sobre as práticas de leituras e circulação dos saberes no Piauí. A escolha desse recorte ilustra como o discurso jornalístico mobilizou a figura do “chefe da casa” como filtro moral e intelectual, reafirmando e fortalecendo a tutela masculina sobre o acesso e manutenção do conhecimento por parte do feminino.

Essa possibilidade nata e perfaz de denúncia aos “folhetins” e “artigos literários” desse período, tido como fontes de corrupção do espírito feminino evidencia não somente uma preocupação principal da sociedade patriarcal e elitista, mas ter para si o controle dos meios de instrução, sociabilidade e lazer, esses acessados pelas mulheres em seus variados grupos, evitando assim que eles fugissem da ordem moral e vigente.

A produção escrita desses momentos é instrumento representado como um espaço de risco à moralidade, onde para esses limites foram necessários

uma vigilância não somente pelo Estado ou pela Igreja, mas também pelo “chefe da casa”, elemento masculino detentor da autoridade, moral e domesticidade, sobre seu olhar atento, recorre-se à premissa do que pode ou não ser lido pelas mulheres do seu núcleo familiar.

Pierre Bourdieu (1999), aponta esse respeito, argumentando que essa lógica se estrutura em uma violência simbólica. Esse mecanismo possui um caráter que se impõe com a cumplicidade dos próprios dominados, naturalizando a ideia de que o acesso irrestrito ao saber inclusive pela imprensa não cabe às mulheres, sob risco de sua “pureza” ser comprometida.

O trecho se insere diretamente na estrutura de disciplinamento que o artigo aqui em desenvolvimento busca evidenciar: a imprensa, embora exaltado como “precioso elemento para a civilização e instrução do povo”, é ao mesmo tempo temida enquanto via de contaminação moral. O controle da leitura, sobretudo da feminina, não é uma prática secundária, mas parte integrante do projeto normativo de gênero que atuava por meio dos discursos jornalísticos.

Essa crítica moralista à leitura feminina se articula com os argumentos já discutidos na seção anterior, consolidando a imprensa como aparato formador de condutas, mas também como mecanismo de exclusão simbólica. Ao mesmo tempo em que os jornais exaltavam as virtudes da educação feminina voltada à moral, à religião e à domesticidade, atacavam qualquer acesso ao conhecimento que fugisse ao controle masculino, considerando-o uma ameaça à ordem familiar.

Como aponta Jinzenji (2012), as práticas de leitura feminina no século XIX eram cercadas por tensões, pois, ainda que incentivadas dentro de certos limites, tornavam-se perigosas quando associadas à liberdade crítica ou à imaginação romanesca. O jornal, neste contexto, deveria ser lido “sob a supervisão do chefe de família”, revelando como a instrução feminina era

concebida como um direito condicionado, vigiado e sempre passível de censura.

O moralismo presente nesse tipo de discurso também evidencia a dimensão classista e sexista da crítica. A preocupação com a “corrupção” das leitoras se dirige especialmente às mulheres que ainda não haviam sido “prevenidas” por uma educação moral restritiva. A figura da “moça incauta”, facilmente influenciável e vulnerável aos “perigos da leitura”, reforça o estereótipo da mulher como intelectualmente frágil e emocionalmente instável, uma construção discursiva recorrente nas práticas de disciplinamento do período.

Podemos compreender esse direcionamento no texto publicado pelo jornal *Gazeta do Piauí* em 1944. Esse escrito projeta um olhar que, ao mesmo tempo em que reconhece a inserção da mulher em funções tradicionalmente ocupadas por homens, mantém intacta a lógica que subordina essas presenças a uma condição de excepcionalidade.

De vez em quando... A mulher brasileira, a exemplo do que, há muito, se vem dando no estrangeiro, nestas épocas de guerra, já vai prestando os seus serviços que se vem desempenhados por homens, notadamente na Estrada de Ferro Central do Brasil. N’onde tem os serviços ocupados pelos homens, esses, correm, podem ser executados pelas mulheres, entretanto, os trabalhos dos escriptorios, dos armazéns, das fabricas, dos laboratórios, dos Correios e Telegraphos, etc., offerecem um amplo campo de acção para a actividade feminina. E não é critério que as jovens susceptíveis dos serviços a serem prestados, em virtude de algumas características, não estejam aptas para esses serviços. O jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, com expressivos clichés de apresentações de nossas patrícias n’um trecho da linha da E. F. C. B. Valha-nos isso! 1944 (*Gazeta Piauí*, 1944, p. 4, edição 1.442).

A narrativa apresentada parte do pressuposto de que determinadas atividades, antes restritas e condicionadas ao universo masculino, “podem ser executadas pelas mulheres”, mas apenas mediante a autorização simbólica que se ancora e estabiliza-se em parâmetros de uma adequação e reconhecimento externo de sua capacidade.

Em síntese, o escrito não anuncia uma ruptura, mas sim a reiteração de um modelo no qual a presença feminina em determinadas esferas e campos de trabalhos é tolerada, desde que observados os limites definidos pelo olhar masculino e pela ordem social vigente

Considerações finais

O percurso analítico desenvolvido neste artigo possibilitou compreender como a imprensa piauiense dos 1869 à 1944 operou como um instrumento legitimador da veiculação de valores, regras sociais e prescrições morais que se direcionam a emoldurar o ideal de mulher e feminilidade conforme os dispositivos de domesticidade, de poder e recato. Longe de construir somente um espaço de viés informativo ou de opinião, os jornais se apresentaram como arenas simbólicas-discursivas por meio da qual se delimitaram noções e sentidos sobre o espaço social das mulheres, seus limites, suas funções e suas visibilidades sociais.

No século XIX, a imprensa se articulava a outras instituições que orientavam a organização da vida social, abrindo espaço para novas formas de debate público. Nesse contexto, a presença masculina se consolidava nesse espaço coletivo, enquanto às mulheres era reservado predominantemente o âmbito privado (Rodrigues, 2017).

Com base na análise desses fragmentos veiculados em jornais da época, evidenciou-se a existência de recorrências moralizantes de enunciados que reiteram uma gramática disciplinadora dos corpos e agências femininas, atravessadas pela associação entre os elementos cristãos, obediência, confinamento, regramento social e moral ao espaço exclusivamente doméstico.

Ao adotar de forma crítica a análise do discurso como aporte epistemológico, ancorado nas contribuições teóricas de Michel Foucault e de autoras feministas, buscou-se investigar os efeitos desses discursos,

entendendo-os como práticas articuladas e enunciativas de uma imprensa que fortaleceu de maneira contributiva para a naturalização das desigualdades de gênero, definido o arquétipo de uma domesticidade naturalizada.

Com esse direcionamento, salientamos que a imprensa funcionava como uma tecnologia de gênero (Lauretis, 1994), operacionalizando-se na pedagogia do saber-moral, fortalecida por uma normatização de comportamentos e exclusão de experiências que se ajustavam ao ideal normativo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução de Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

FERREIRA, Lúcia Maria Alves. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. *Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 7, n. 2, p. 1-16, ago. 2010.

HONÓRIO, Ana Flávia Vitorino. As mulheres nas entrelinhas dos jornais: um estudo sobre o divórcio no século XIX em Minas Gerais. *Dia-Logos*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 14-35, jun. 2024.

GOODWIN JÚNIOR, James William. Jornais como fonte documental para história econômica regional. *Revista Cronos*, Pedro Leopoldo, v. 1, n. 3, p. 7-20, jul. 2001.

JINZENJI, Mônica Yumi. Leitura e escrita femininas no século XIX. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 38, p. 367-394, 2012.

LAURETIS, Teresa de. *A tecnologia do gênero*. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 206-242.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. *Tabula Rasa: Revista de Humanidades*, Bogotá, v. 9, p. 73-91, jul. 2008.

SAFFIOTI, Heleieth Iara. Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Erika Ruth Melo. Mulheres nos Jornais e produção jornalística feminina do Piauí (1830-1900). *Revista Zabelê*. Teresina, v. 4, n. 1, 2023, p. 27-51.

TEIXEIRA, Nínia Cecília Ribas Borges. Entre o Público e o Privado: imprensa e representação feminina. *Encuentros*, Caribe, v. 2, n. 12, p. 79-93, dez. 2014.

RODRIGUES, Dayanny. Escritos de e para mulheres no século XIX: A representação da mulher no Jornal das Senhoras. *Revista Outras Fronteiras*, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 54-76, 2017.

VAQUINHAS, Irene Maria. "Miserável e gloriosa": a imagem ambivalente da mulher no século XIX. *Centro de Estudos Camilianos*, Portugal, v. 1, n. 1, p. 35-52, out. 1997.

Recebido em dezembro 2025
Aprovado em janeiro de 2026.